

DCP/FFLCH/USP

Processo Seletivo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Prova de proficiência em português

Dia 5 de setembro de 2016

Leia atentamente o texto a seguir e depois responda à pergunta abaixo, em Português, Inglês ou Espanhol.

Interesses contra a cidadania

Começo contando um pequeno episódio de que fui parte. Pequenas histórias do cotidiano são, às vezes, mais esclarecedoras da cultura de um povo do que abstratas especulações acadêmicas. Em sua espontaneidade, podem jogar luz inesperada sobre aspectos importantes dos valores coletivos, inclusive no campo que nos deve ocupar aqui hoje o da construção da nossa cidadania. Dirigi-me a um sítio localizado a 60 quilômetros do Rio de Janeiro, quando fui interrompido por um grupo de pessoas que me pediram para levar uma senhora ao médico. Atendi e, no carro, indaguei da razão do pedido. A casa da mulher tinha sido invadida por policiais militares. Ela sofreu um choque e passou mal. De regresso do posto médico, onde fiquei sabendo que o trauma poderia ter sido sério, detive-me no posto policial para reclamar. Apenas me viram, os policiais se dirigiram a mim com toda a gentileza, dizendo imediatamente: Pois não, doutor, em que podemos servi-lo?

Expliquei o caso, argumentei que poderiam ter causado a morte da pobre velha. O sargento não se abalou. Admitiu terem sido ele e um colega os autores do feito, mas negou a acusação: Não invadi, doutor, não arrombei; foi apenas o peso do meu corpo que forçou a porta do casebre. Continuou explicando que a mulher se declarara crente e fora bem tratada. Havia uma acusação de roubo de galinha – o clássico roubo de galinha! Contra os filhos da mulher, daí a razão de investigação policial. Completou afirmando que o local era ponto de macumba e talvez de tráfico de drogas, o que justificava plenamente a ação da polícia.

Essa é a pequena história. O que ela nos diz sobre a cidadania em nosso país? De início, podemos verificar que, naquele contexto, a igualdade de todos perante a lei, estabelecida no artigo 5º da Constituição em vigor, é balela. Quem define a cidadania, na prática, é a polícia. Na curta conversa de dez minutos com agente da lei, com alguém que deveria implementar os dispositivos constitucionais, descobrimos que ele estabelece, por conta própria, três classes de cidadãos, a saber: o doutor, o crente, o macumbeiro. Doutor é o cidadão de primeira classe, titular dos direitos constitucionais, merecedor do respeito e da deferência dos agentes da lei. O crente vem em segundo lugar: pode ter alguns direitos violados, mas ainda merece algum respeito. Por fim, o macumbeiro: não tem direitos, nem pode ser considerado cidadão. Na vida real daquela localidade, o que vale mesmo é a constituição da *Animal Farm* (A Revolução dos Bichos), a famosa criação literária de George Orwell. Como todos sabem, após a reforma constitucional da

Animal Farm feita pelos porcos, a constituição daquele país aparentemente imaginário reduziu-se a um artigo: Todos os animais são iguais, mas alguns animais são mais iguais do que os outros. O doutor é, entre nós, o animal mais igual do que os outros. O policial não teve dificuldade em identifica-lo em minha pessoa. Minha roupa era de trabalho, surrada. Mas havia o carro, um Monza, símbolo inequívoco de posição social, e havia a cor branca, o modo de falar, a pele fina, os dentes completos, toda uma série de pequenos indicadores que revelam, ao olho experimentado, a presença de um mais igual.

O doutor, o cidadão de primeira classe, falando agora do Brasil e não apenas do contexto de minha pequena história, é a pessoa rica, educada, branca. É o empresário, o professor universitário, o político, o fazendeiro, o coronel, o profissional liberal. É a pessoa capaz de defender seus direitos e mesmo seus privilégios, recorrendo a amigos influentes, pagando advogados, comprando a polícia, ou, no caso do Rio de Janeiro e outras metrópoles, recorrendo até a meios heterodoxos. É o um por cento da população com renda de mais de dez salários mínimos.

O crente da história, projetado para o cenário brasileiro, é o pobre honesto: trabalhador assalariado com carteira assinada, do campo ou da cidade, o pequeno funcionário, o pequeno proprietário. Ele não está, como o doutor, acima de qualquer suspeita, mas tem o benefício da dúvida. Quais de seus direitos serão respeitados, quais serão violados, isso depende da avaliação concreta de cada caso pelos agentes da lei. Em nossa historinha, foi ignorada a inviolabilidade do domicílio e respeitada a integridade física. O pobre honesto não tem o conhecimento exato de seus direitos civis nem as condições intelectuais e materiais para fazer valer esses direitos. Na antiga sociedade patriarcal, sua única defesa era o fazendeiro sob cuja proteção devia colocar-se apesar dos altos custos em termos de independência pessoal. Hoje, apenas igrejas, sindicatos e associações de moradores proporcionam alguma assistência que, no entanto, limita-se a pequena parcela dessa imensa população.

Por fim, o macumbeiro. Em termos de Brasil, o macumbeiro representa um imenso segmento da população das grandes cidades, trabalhadores sem carteira assinada, domésticas, biscateiros, camelôs, menores de rua, mendigos. Quase sempre, é mulato ou negro, analfabeto ou com educação primária incompleta. Esse brasileiro faz parte da comunidade política nacional apenas nominalmente. Seus direitos civis são desrespeitados sistematicamente. Ele é culpado até prova contrária. Às vezes, mesmo após prova em contrário. Crentes e macumbeiros, pobres honestos e párias analfabetos, de acordo com reportagem da Folha de S. Paulo, formam a imensa base da pirâmide social brasileira, os 83% que recebem até dois salários mínimos (dados de 1985). São a base de uma sociedade hierarquizada, que o antropólogo Roberto da Matta caracterizou como a do 'você sabe com quem está falando?'. Conta mais a posição social de cada um do que as estipulações da lei, do que o capítulo constitucional que garante a igualdade de todos perante a lei. É uma sociedade cujos valores contrastam radicalmente, por exemplo, com os da sociedade

norte-americana, onde a frase equivalente ao ‘você sabe com quem está falando?’ é ‘quem você pensa que é?’, uma afirmação de igualdade em perfeito acordo com a declaração de direitos feita pelos fundadores dos Estados Unidos. No primeiro caso, é o doutor, socialmente superior, afirmando sua superioridade civil sobre os inferiores. No segundo, é o socialmente inferior, afirmando sua igualdade civil perante os superiores. E tudo acontece num país em que o capítulo de direitos políticos da Constituição está em pleno funcionamento. Há eleições regulares e razoavelmente honestas, o sufrágio nunca foi tão amplo, incluindo, pela primeira vez na história da República, analfabetos e maiores de 16 anos. Hoje, apenas os conscritos do serviço militar estão excluídos do direito do voto. Partidos políticos podem ser organizados com a maior facilidade, manifestações políticas são livres e freqüentes. Os mecanismos da democracia funcionam normalmente.

Nossa política é formalmente democrática. No entanto, apesar da plenitude dos direitos políticos, permanecem a incerteza e a insegurança quanto ao nosso futuro democrático, sem falar no futuro nacional. Permanece a sensação de que as instituições democráticas, como o Congresso, os partidos, a Presidência, os sindicatos, ainda não funcionam de maneira satisfatória; de que a democracia ainda continua um sonho irrealizado, planta frágil; de que os problemas básicos da população continuam sem solução.

Extrato de: José Murilo de Carvalho: Interesses contra a cidadania, em: MATTA, Roberto da et al. ‘Brasileiro: cidadão?’ São Paulo: Cultura Editores Associados, 1992. P. 87-125.

Pergunta:

Por que os cidadãos são desiguais no Brasil, segundo o texto de Carvalho? A resposta deve ser redigida em Português, Inglês ou Espanhol e ter, aproximadamente, uma página.